

Kelmann, da ANA: "Existem casos flagrantes de térmicas que não são viáveis"

Replan e Recap investem R\$ 1,5 bilhão para serem mais competitivas

BRASIL ENERGIA

www.brasilenergia.com.br

Nº 255 - Fevereiro 2002

Especial ROVs

Com o controle a 2.000 m

Apostando na atividade petrolífera em águas profundas, empresas de veículos de operação remota fabricam modelos avançados no Brasil e investem em mão de obra



PING
PING
PONG

JERSON KELMAN

Crise é de falta de água

No primeiro aniversário da Agência Nacional de Águas (ANA), o presidente da agência aponta: a opção maciça pela hidreletricidade é acertada, mas há muitos usuários do mesmo recurso hídrico

Carlos Tautz

Feito em poucas semanas, o Relatório Kelman se transformou no principal retrato da situação da crise do setor elétrico brasileiro. Cortou fundo na carne de um governo que modificou as premissas de um sistema de base hidráulica e integrada para inocular a competição e o aumento da participação termelétrica. Colocou à mostra, de forma ao mesmo tempo diplomática e firme, o desmonte da capacidade de planejamento, há décadas reconhecida internacionalmente como uma das melhores do mundo. Revelou o erro monumental que foi o abandono da opção preferencial pela hidreletricidade que se configurou na Era FHC.

O coordenador deste documento, que teve como efeito colateral a intervenção do governo em um setor que este pretendia entregar ao mercado, é o engenheiro civil Jerson Kelman, o primeiro presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), a qual completou seu primeiro aniversário em janeiro. Nesta entrevista, ele fala do seu relatório e da acertada dependência que o setor elétrico brasileiro tem daquele que é seu principal objeto de estudo: a água.

Brasil Energia – Qual o balanço que o sr. faz de um ano de existência da ANA?

Jerson Kelman – Criar um quadro de técnicos e arranjar um lugar para o funcionamento da ANA foi muito diferente do que aconteceu com o restante das agências, que sucederam a instituições da máquina governamental que já existiam. Gastamos boa parte do tempo montando a agência, abrimos concurso público e aproveitamos 110 pessoas, a maior parte delas com mestrado e doutorado. No que diz respeito aos interesses gerais da população, nós nos concentramos em dois problemas: seca no semi-árido e poluição dos grandes rios. Visamos o uso racional da água. Não em todo o Brasil, mas nos lugares, como no semi-árido, em que a disputa pela água já está bem estabelecida. O primeiro mecanismo de racionalização é o sistema de outorga, a licença para todo e qualquer usuário captar a água ou lançar nela poluente. A ANA tem a missão de dar a outorga para os rios da União e de ajudar os estados a criarem o Sistema Nacional de Recursos Hídricos para seus próprios rios. Isso tem de ser feito de forma integrada, porque há bacias com rios federais e estaduais. A outorga vem junto com a concessão, de forma articulada entre a ANA e a Aneel. Ela só é relevante para o empreendedor se ele tiver problemas com outros usuários de recursos hídricos da bacia; é uma autorização propositadamente precária, ad-

ministrativa. Para contemplar o interesse público, o governo pode eventualmente modificar a outorga.

BE – Isso não gera risco regulatório?

Kelman – Gera, e não há como escamotear. O investimento em uma hidrelétrica depende da vazão de um rio, que está assegurada apenas por uma autorização, e não por um instrumento mais forte. Aquele uso para geração de energia elétrica, que hoje parece razoável, pode não sê-lo para sempre. A água é compartilhada por vários usuários, mas só há um uso prioritário sobre os demais: o abastecimento humano. Todos os outros têm os mesmos riscos. O exemplo claro é a utilização da água a montante da barragem de Sobradinho, na qual cada metro cúbico de uso na irrigação significa menor quantidade de energia firme do sistema Chesf. Esses interesses conflitantes deverão ser harmonizados, com a interferência da ANA, em um debate dos comitês de bacia, os quais se estão organizando.

BE – O relatório que o sr. coordenou e que levou o seu nome citava que o desequilíbrio entre oferta e demanda teria sido causado pela implementação do novo modelo do setor. O sr. atraiu desafetos com o documento?

Kelman – O relatório é de um grupo de trabalho formado pelo Presidente da República e por pessoas ilustres. Nem eu, nem nenhum dos membros que compuseram este grupo fez inimigos.

BE – Nem o ex-ministro Rodolpho Tourinho?

Kelman – A tendência da imprensa é procurar culpados e simplificar uma questão complexa. Uma frase minha foi pinçada e citava o ministro Tourinho. Na realidade, eu elogiava a competência do ministro na área de iniciativa econômica, mas dizia que ele não era do setor elétrico, o que é fato. Eu dizia que Tourinho estava

muito empenhado no que ele entendia que fosse a prioridade, que era fazer com que o Programa Prioritário de Termelétricas andasse.

BE – É necessária uma orientação do governo no setor energético?

Kelman – O relatório cita que o setor elétrico é extremamente complexo porque tem diferentes fontes e principalmente porque ele, teoricamente, não consegue funcionar de modo semelhante a um mercado. Pelo fato de o Brasil ser predominantemente hidrelétrico, a aplicação de regras de mercado é de difícil funcionamento. A idéia de que é de interesse da Nação que o despacho seja coordenado de forma centralizada vai contra o conceito de liberdade de mercado. Isso foi tentado com a adoção de mecanismos de correção de mercado, como o MRE e o MAE.

BE – Que não deram certo...

Kelman – No fundo, é muito difícil, embora não impossível, que o mercado no Brasil dê os sinais corretos para que os investimentos sejam realizados. Correções têm de ser feitas para que os sinais econômicos que levam a investimentos sejam nítidos. Seria tarefa do governo planejar empreendimentos com viabilidade econômica e ambiental e ter um catálogo desse tipo de empreendimentos. Os empreendedores não teriam de se bater com órgãos de empreender. É bom que haja competição na geração, mas não podemos confiar em que ela se instale. Temos de repensar a geração como serviço público, como foi feito com a companhia de energia emergencial. O governo se colocou como comprador de energia, que paga pela capacidade e pela energia quando gerada.

BE – A crise é de potência instalada ou de falta de água?

Kelman – Falta de água. Como nosso sistema é hidrelétrico, a tendência é sempre termos uma potência instalada

muito maior do que o pico de nossa demanda. O que falta é energia, é água. Temos falta d'água por razões hidrológicas e falta de investimentos em novas usinas, tanto termelétricas quanto hidrelétricas, e em reservatórios. Não haveria crise se nós não tivéssemos o nível hidrológico sofrível.

BE – *A Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica não deveria ter tomado medidas que garantissem a manutenção dos recursos hídricos?*

Kelman – Já estão tomadas. É falsa a idéia de que quem é dono da água é dono da energia elétrica, como é bastante disseminado. Sem querer entrar na discussão de se a privatização das empresas geradoras é boa ou má, nós temos argumentos contrários com base na idéia de que a água estocada nos reservatórios vai ser privatizada. Esse é um conceito equivocado. Não é o dono da hidrelétrica que vai determinar quanta energia vai ser produzida. É o ONS, que despacha centralizadamente. O proprietário da usina tem o seu certificado de energia assegurada como elemento de faturamento, o que lhe permite comercializar a energia. Mesmo sem a preocupação com o uso da água em geral, a operação das usinas já era feita de forma a atender o setor elétrico com um todo. O que existe hoje é uma complicação: se você já tinha os despachos em que a produção de uma usina era feita considerando todo o sistema interligado, hoje é mais complexo porque existem outros setores usuários da água. Na bacia do rio São Francisco, toda a irrigação do oeste da Bahia, tudo o que fica a nordeste de Sobradinho, implica que cada metro por segundo de água que se fornece de forma firme para a irrigação gere perda de energia no sistema Chesf. Isso se aplica a todo o Brasil.

BE – *Pode-se crer, então, que a energia assegurada a uma empresa diminua ao longo dos anos?*

Kelman – Os contratos podem ter vida longa, mas a energia assegurada precisa ser reavaliada à luz do uso múltiplo dos recursos hídricos em intervalos menores.

BE – *A proposta de cálculo da energia assegurada vai passar por mudanças?*

Kelman – Uma mudança de cálculo e de periodicidade da revisão. Não integro o grupo de trabalho que estuda a energia assegurada, mas seu somatório estava superdimensionado. Havia mais direitos de comercializar energia do que energia efetivamente assegurada. Essa talvez tenha sido a principal razão da crise, já que as distribuidoras se sentiram seguras com contratos comerciais. Na realidade, não estavam respaldadas numa garantia física.

BE – *As geradoras não tinham condições de cumprir os contratos?*

“O investimento das usinas hidrelétricas é um patrimônio do povo brasileiro que deve ser preservado”

Kelman – A revisão metodológica da energia assegurada e a periodicidade com que esta energia devem ser estimada são temas que a crise nos ensina. Já os conflitos pelo uso da água sugerem que a periodicidade de revisão seja mais curta. A ANA mediou os conflitos entre dedução de energia elétrica na crise e setor de navegação na hidrovia Paraná-Tietê. Durante a crise, a primeira alternativa cogitada pelo ONS foi reutilizar o estoque entre os níveis operativos máximo e mínimo de Ilha Solteira para gerar energia. Se fosse depreciado o reservatório de Ilha Solteira, a navegao pararia e haveria conflito econmico. Foi uma experiência que resultou numa situao de ganha-ganha. Não se interrompeu o fluxo de grãos. Mas se a medida fosse necessária, o setor agrícola estaria conformado, pois tinha sido informado de que não seria razoável prejudicar todo o Brasil por conta de um prejuízo localizado no setor de navegao.

BE – *O uso múltiplo ainda carece de regulamentao?*

Kelman – A lei que criou a ANA estabelece que ela tem a responsabilidade



legal de defender a utilização do uso múltiplo na escala de bacia. A agência deve atuar em conjunto com o ONS para definir quais são as restrições operativas (níveis máximo e mínimo para a operação dos reservatórios). Isso não quer dizer que o setor elétrico é o vilão da história. O investimento das hidrelétricas é um patrimônio do povo brasileiro que deve ser preservado.

BE – É natural que o setor elétrico se imponha sobre os outros, até porque tem mais tradição de organização.

Kelman – O setor elétrico tem décadas de tradição no gerenciamento de recursos hídricos visando a geração de energia elétrica. É um dos setores mais sofisticados e com melhor status técnico. Os demais têm de crescer, formar quadros técnicos com a competência que o setor elétrico já desenvolveu ao longo dos tempos.

BE – O sistema nacional de recursos hídricos possibilita a criação de instâncias inferiores de decisão, como o comitê de bacia. Esta superposição que democratiza o poder de decisão pode inviabilizar projetos?

Kelman – O comitê de bacias tem o poder de aprovar o plano de bacia, e o inventário hidrelétrico é um capítulo dele. O plano tem de conjugar vários interesses estruturais. É uma experiência nova. Ninguém pode afirmar se vai dar certo ou não. É um processo bastante democrático, funciona em outros países, e só a experiência vai mostrar se vai funcionar aqui.

BE – Um dos argumentos a favor das termelétricas é que elas se localizam nos centros de carga e diminuem os custos com transmissão. Mas centros de carga são também centros urbanos, que

apresentam problemas de disponibilidade de água, muito consumida por estas usinas. Como resolver isto?

Kelman – Esse problema tem sido malpercebido e é mais complexo do que parece. Existem casos flagrantes de térmicas que não são viáveis. Uma térmica à beira do rio Amazonas não apresenta problema algum, mas uma térmica em Piracicaba, como é o caso, tem de disputar o recurso hídrico com o consumo humano.

BE – Então, quando foi decidido o aumento da participação da termelétricidade na matriz, o problema com a água não foi pesado adequadamente?

Kelman – Tenho certeza que não. O que foi pesado, mais do que qualquer assunto, foi a percepção de que ter 95% de matriz em hidrelétricas significa colocar todos os ovos na mesma cesta. Mas essa questão

precisa ser vista sob a seguinte ótica: se o Brasil tivesse um território do tamanho do Uruguai, nós não poderíamos nos dar ao luxo de ser quase 100% hidrelétricos, porque secas ocorrem em escala regional e aí o país inteiro poderia ficar sob o efeito da seca. Mas o território brasileiro tem uma escala maior do que aquela em que ocorrem as secas. Assim a opção quase 100% hidrelétrica é possível. É uma decisão que pode ser contemplada, e o elemento decisório é o custo. Nós só exploramos cerca de 25% do nosso potencial hidrelétrico. Ainda temos 75% tecnologicamente possíveis de ser explorados. A dúvida é o custo de investir em regiões distantes milhares de quilômetros, mas que não serão assoladas por secas de forma concomitante. O Brasil pode se dar ao luxo de ter diversidade hidrológica entre regiões. Por causa de sua dimensão continental, a idéia de que é mau colocar todos os ovos numa cesta não é perfeitamente correta no país. ■

“O problema da água para térmicas é mais complexo do que parece. Existem casos flagrantes de usinas que não são viáveis”

